

ENTRE LUTAS E RESISTÊNCIAS: O PAPEL DA OCUPAÇÃO 9 DE JULHO NO EMPODERAMENTO FEMININO

Bianca Silveira Rossato (IC) e Débora Sanches (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackpesquisa

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal analisar como o empoderamento feminino se configura por meio da luta pela moradia digna na Ocupação 9 de Julho, localizada no bairro Bela Vista, em São Paulo, bem como pelas ações no combate da pandemia da Covid-19. Desde 1997, data da primeira ocupação do prédio da antiga sede do INSS, onde hoje é localizada a ocupação, as lideranças dos movimentos são compostas predominantemente por mulheres. Essas líderes lutam por um direito básico presente no Estatuto da Cidade: o direito à cidade; e, ao agirem em prol da moradia digna, tornam-se seres coletivos, isto é, indivíduos cujas atitudes impactam amplamente a sociedade. A metodologia utilizada foi a interpretação de bibliografia, dados estatísticos e documentários, analisados sob a perspectiva de 4 pilares metodológicos. Com isso, foi possível compreender que a luta das lideranças femininas da Ocupação 9 de Julho e Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) são ponto chave para resistir às opressões de gênero, raça e classe presentes no cotidiano contemporâneo. Essas líderes, ao se mostrarem como seres coletivos perante a comunidade, criaram uma rede de ação e apoio amplamente utilizada durante a pandemia provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Logo, a pesquisa traz como contribuição o mapeamento das conquistas das lideranças femininas na luta pela moradia digna e a importância da parceria entre os movimentos sociais e as ATHIS na instrumentalização e descriminalização desses.

Palavras-chave: Luta. Moradia. Liderança feminina.

ABSTRACT

The main objective of this article is to analyze how female empowerment is configured through the struggle for decent housing in the Ocupação 9 de Julho, located in the Bela Vista neighborhood, in São Paulo, as well as through actions in the fight against the Covid-19 pandemic. Since 1997, the date of the first occupation of the building of the former INSS headquarters, where the occupation is located today, the leaders of the movements are predominantly composed of women. These leaders fight for a basic right present in the City Statute: the right to the city; by acting in favor of decent housing they become collective beings, that is, individuals whose attitudes have a broad impact towards society. The methodology used was the interpretation of bibliography, statistical data and documentaries, analyzed from

the perspective of 4 methodological pillars. Herewith it was possible to understand that the struggle of the female leaders of the Ocupação 9 de Julho and the Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) are a key point to resist the oppression of gender, race and class present in contemporary daily life. These leaders, by showing themselves as collective beings before the community, created a network of action and support widely used during the pandemic caused by the SARS-CoV2. Therefore, the research brings as a contribution the mapping of the achievements of female leaders in the struggle for decent housing and the importance of the partnership between social movements and ATHIS in the instrumentalization and decriminalization of the former.

Keywords: Fight. Housing. Female leadership.

1. INTRODUÇÃO

A resistência feminina é predominante na luta à moradia e possibilitou que mulheres fossem consideradas como prioridade em programas governamentais (Saboia e Soares, 2004), como o “Minha Casa, Minha Vida”, a partir do Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018, que oferece legitimação de posse no nome da mulher da família. Todavia, em diversos casos homens se apropriam de imóveis oferecidos às mulheres nesses programas.

A lógica patriarcal da sociedade, portanto, provoca uma condição de insegurança para as mulheres. As relações que permeiam suas vidas em espaço público e em ambiente doméstico provocam um duplo desempoderamento (COSTA, 2017), pois, o medo de represália nos contextos em que vivem, como casos de violência doméstica, apropriação de suas posses e abuso, muitas vezes, não são denunciados.

Entretanto, ainda que diversas denúncias não sejam feitas, a mulher, ao se colocar em papel de liderança, está resistindo às tentativas de rebaixar a voz feminina. Para ilustrar, Carmen Silva, ex-moradora da Ocupação 9 de Julho, é coordenadora do MSTC (Movimento Sem Teto do Centro), movimento de luta aliado à ocupação, e por meio de sua resistência nesse ambiente, conquistou espaço no ambiente político, tornando-se referência na batalha a favor da moradia digna.

No contexto da pandemia da Covid-19, mulheres como Carmen assumiram a liderança nas ocupações para enfrentar a doença. Entre as ações tomadas estão a arrecadação de alimentos e insumos de necessidade básica, visto que diversos moradores necessitam de atitudes como essas para sobreviver, pois em diversos casos perderam seus empregos e o auxílio emergencial digno não lhes foi oferecido. Nesse contexto, a atuação das ATHIS provou-se essencial no auxílio técnico aos movimentos.

Assim, o estudo do empoderamento feminino nas ocupações¹ é relevante porque possibilita a compreensão das relações de poder que dificultam, e como consequência, moldam a disputa pela moradia no Brasil. Além disso, é analisando a instrumentalização da luta feminina por meio do debate de gênero (Revista União em Luta no Direito à Cidade, 2020), que se percebe como a reivindicação por moradia garante voz e proteção às mulheres. Desse modo, o objetivo do artigo é analisar o papel da luta pela moradia digna no empoderamento feminino.

¹ A autora recebeu bolsa PIBIC Mackpesquisa no período da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. PODER E OPRESSÕES DE GÊNERO

O androcentrismo é um termo cunhado pelo sociólogo americano Lester F. Ward (SOUZA, 2009) que diz respeito às perspectivas que levam em consideração o homem como foco de análise do todo. Está literalmente ligado à noção de patriarcado. Ressalta-se aqui que não se circunscreve apenas ao privilégio dos homens, mas também à forma com a qual as experiências masculinas são consideradas como as experiências de todos os seres humanos e tidas como uma norma universal, tanto para homens quanto para mulheres, sem dar o reconhecimento completo e igualitário à experiência feminina (NASCIMENTO, 2020).

O androcentrismo, como descrito acima, coloca o homem como objeto principal das relações humanas, desconsiderando as experiências e lutas femininas. Com isso, é possível analisar que a consciência da uma sociedade civil em que estamos inseridos é baseada na mente masculina, no patriarcalismo.

A vulnerabilidade do gênero feminino perante a lógica patriarcal está pautada nas relações de poder, em que o papel de “dona de casa” subordinada foi um dos únicos aceitos para as mulheres até a Revolução Industrial. Antes dessa mudança de paradigmas, o gênero feminino era cerceado do direito de frequentar espaços públicos (FRIEDMANN, 2012), o que ocasionava uma subordinação feminina aos homens e à cidade, isto é, um duplo desempoderamento (DA SILVA, 2017). Com o novo contexto histórico, das mulheres saindo de seus lares e ocupando espaço na produção econômica, esperava-se uma mudança na subordinação a que eram submetidas. No entanto, a opressão de gênero configurou-se por salários femininos inferiores aos dos homens, assédio no ambiente de trabalho, que se tornou realidade, e desmerecimento das causas femininas.

Outro ponto a ser discutido é a pobreza feminina. Segundo Saboia e Soares (2004) os domicílios chefiados por mulheres representam não apenas a pobreza das mulheres, mas também a pobreza de modo geral. Tal fato ocorre devido aos salários mais baixos e à subordinação aos homens, que gera uma dependência financeira. Como forma de tentar quebrar o ciclo da pobreza no Brasil, programas governamentais como o “Bolsa Família” (2003), foram criados.

Todavia, observa-se a dominação masculina até mesmo nos programas federais, incluindo os projetos a favor da moradia digna, como o “Minha Casa, Minha Vida”, nos quais, segundo Da Silva (2017), as mulheres têm preferência no financiamento da habitação e no

registro de posse. Entretanto, em diversos casos os homens conseguem se apropriar das moradias de suas companheiras, utilizando-se da violência verbal e física, o que as coloca em posição de fragilidade diante do sexo oposto.

Na circunstância da Ocupação 9 de Julho, 122 famílias, grande parte chefiada por mulheres, segundo Cartaz presente na Ocupação 9 de Julho, s.d., lutam pelo seu espaço na cidade e na sociedade, conforme foi visto nas tentativas de reintegração de posse, como a que ocorreu em 2019. Os esforços do poder público nessa situação foram em vão em razão da “Carta aberta em apoio à Ocupação Nove Julho” e à grande resistência feminina. Ao impedir o despejo pela Prefeitura de São Paulo, ficou ilustrada a força das mulheres que lutam por seus direitos e vão contra o androcentrismo.

Deveria esclarecer as mulheres a respeito do poder que elas exercem diariamente, mostrando-lhes as formas pelas quais esse poder pode ser usado como arma contra a exploração e a opressão sexista. [...] Reconhecer essa força, esse poder, é um passo que as mulheres podem dar juntas no sentido da sua libertação (HOOKS, 2019, p. 145).

O estudo do poder a partir da perspectiva das opressões de gênero é empregado na pesquisa com o intuito de analisar os empecilhos da luta feminina pela moradia digna e debruçou-se com um caso do reconhecimento da força da resistência das mulheres da Ocupação 9 de Julho, que prova que a luta é motivo de regeneração cívica.

2.2. DIREITO À CIDADE

A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer na mão de poucos (Harvey, 2014, p. 30).

Em 1968, o filósofo francês Henri Lefebvre propôs em seu livro “O direito à cidade” uma expressão de mesmo nome. Esse termo foi posteriormente difundido entre urbanistas, sociólogos, filósofos e sobretudo, nos movimentos de moradia. O vocábulo em questão refere-se ao “direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que ‘o urbano’, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica prático sensível” (Lefebvre, 2016, p. 128). Ainda sobre a teoria do filósofo francês, ele reivindicava que a sociedade urbana encontraria o direito à cidade com a classe operária como agente, o que se provou verdade, visto o uso e difusão do termo entre os movimentos sociais, especialmente os de moradia.

Segundo o Estatuto da Cidade (Lei No. 10.257/2001), o direito à cidade é o direito de morar de maneira digna, usufruir das possibilidades da sociedade e participar da criação das cidades. Ainda assim, diversos indivíduos são excluídos dos processos de urbanização seja pela opressão de gênero, como visto no item 2.1. deste artigo, seja por conta da pressão do capitalismo. Assim, um direito coletivo na teoria, subverteu-se a um direito individual de poucos.

A lógica capitalista prevê uma expansão contínua do lucro (mais-valia) e depende do crescimento da urbanização para que a produção seja absorvida. Segundo Harvey (2014) a qualidade de vida tornou-se mercadoria, ou seja, para ter o direito de viver dignamente é necessário ter poder de compra.

O método predatório do sistema econômico vigente impactou diretamente no modo de vida das pessoas, já que as cidades estão cada vez mais muradas e os espaços públicos cada vez mais privatizados, como o Parque Villa-Lobos, em São Paulo. Os “olhos da rua” de Jacobs (2011), isto é, a vigilância natural acerca dos espaços públicos, não são aplicáveis numa sociedade que sobrepõe o “eu” sobre o “nós” e o ideal de cidade como um campo político coletivo desmorona-se.

Com a fragmentação do espaço comum comunitário houve a formação de “microestados”, formados por assentamentos irregulares ao redor de áreas ricas, como Paraisópolis, favela localizada ao lado do Morumbi, bairro nobre de São Paulo. Em situações como a de Paraisópolis “[...] não há serviços básicos de saneamento, a eletricidade é pirateada por poucos privilegiados, as estradas se transformam em lamaçais sempre que chove [...]” (HARVEY, 2014, p. 48), ou seja, o direito à cidade, um bem de primeira necessidade, como dito no Estatuto da Cidade, não é cumprido em ambientes fragmentados pelo capitalismo.

Enquanto o sistema do capital ganhava força, a sua oposição também foi formada pelos movimentos sociais urbanos em prol da moradia e da sustentabilidade, como o MSTC, com a intenção de “organizar trabalhadores de baixa renda para que, juntos, possamos conquistar moradia e acesso a outros direitos básicos como garantia à educação, à saúde e também ao lazer, à cultura, à mobilidade e à qualidade de vida.” (Site MSTC, 2022). Entre as ações do movimento está a ação de ocupar edifícios ociosos, com propósito de reivindicar políticas públicas para habitação social e dão origem a várias ocupações como a 9 de Julho, assentada na antiga sede do INSS, na República, bairro nobre de São Paulo. Por conta de sua localização privilegiada, o acesso a ônibus e metrô, em especial às linhas 3-Vermelha e

4-Amarela, é facilitado, o que possibilita aos moradores da ocupação uma locomoção rápida e eficaz para outros lugares da cidade. Além disso, por estar num local central, onde há uma ampla oferta de emprego, sobretudo no setor terciário, há a possibilidade que as chefes de família trabalhem nas proximidades de sua residência, sem despendar tempo de deslocamento. As crianças têm acesso à educação de qualidade nos entornos de sua moradia, além da oportunidade de praticar atividades extracurriculares, como o ballet.

Ao diminuir o tempo de locomoção, as famílias conseguem usar o tempo para se ter mais momentos de lazer, o que tem relação direta com a produção de cultura dentro da própria Ocupação 9 de Julho. Assim, há subversão da lógica capitalista por meio da reivindicação dos espaços da cidade com a implementação de programas comuns como a horta comunitária, salas de reuniões, biblioteca, estúdio de marcenaria, brechó etc., o que pleiteia também o direito à cidade.

Além da pressão dos movimentos sociais de oposição, houve também conquistas por meio do poder público, com o Plano Diretor Estratégico participativo. A partir da Lei 13.430/02, que pretendia uma gestão democrática da cidade (Lei 13.430/02, art. 260), instaurou-se um processo de revisão do Plano Diretor durante a gestão de Fernando Haddad (2013-2016). Com a reformulação da lei municipal, grupos sociais antes esquecidos passaram a ter mais voz, como as lideranças femininas dos movimentos de moradia.

[...] direito à cidade – seu direito a mudar o mundo, a mudar a vida e a reinventar a cidade de acordo com seus mais profundos desejos. (HARVEY, 2014, p. 65).

Diante do exposto, ressalta-se que a subversão do capitalismo e o consequente cumprimento do direito à cidade ocorrem pela reivindicação dos espaços tanto públicos, quanto privados por parte dos movimentos. Dessa forma, é possível que haja uma revolução urbana e as ruas e pessoas voltem a ser seres coletivos.

2.2.1. LUTA PELA MORADIA DIGNA E A OCUPAÇÃO 9 DE JULHO

O ato de habitar é o modo básico de alguém se relacionar com o mundo. É fundamentalmente um intercâmbio e uma extensão; por um lado, o habitante se acomoda no espaço e o espalho se acomoda na consciência do habitante [...] (PALLASMAA, 2017, p. 7).

Como analisado através de David Harvey (2014), o direito à cidade é um direito coletivo e dentro dele há o direito à habitação, à moradia digna. Habitar uma casa que dê ao indivíduo condições de se acomodar em um espaço com saneamento básico, ventilação, iluminação e com o aconchego de um lar. O capitalismo excludente, porém, coloca-se como um obstáculo

para a moradia digna, o que trouxe em cena a participação popular coletiva. Dentro dos movimentos sociais, as mulheres sempre foram a maioria quantitativa, assumindo um papel de liderança nas pautas sobre o espaço urbano e estendem os debates de suas casas para a rua (CARDOSO, 2008).

No contexto brasileiro, as primeiras ocupações organizadas de terra relacionam-se com o final da ditadura militar, segundo Helene (2019). A partir do cotidiano desses movimentos de terra, inicia-se uma resistência assídua às formas de morar precárias e a autogestão começa a ganhar força. No caso do MSTC, com a primeira ocupação do prédio do INSS em 1997, criando a Ocupação 9 de Julho, fortalece-se ainda mais o movimento, que é oficialmente fundado em 2000, por mulheres (Site MSTC, 2022). No entanto, apesar da luta e da resistência feminina houve diversas reintegrações de posse na Ocupação 9 de Julho.

A última ocupação do edifício deu-se em 2016, porém em 2019 houve a tentativa de mais uma expulsão dos moradores do local. A tentativa de reintegração de posse se deu devido ao aumento da criminalização dos movimentos sociais após o desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, em maio de 2018. Segundo dados da Plataforma Dhesca (Direitos humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), o incêndio na ocupação citada foi utilizado como exemplo do que poderia ocorrer nas demais ocupações organizadas de São Paulo. Além de que, os líderes de movimentos sociais passaram a ser vistos como arruaceiros e agentes trabalhando contra a lei. Essas lideranças consideradas disruptivas foram a razão da revogação do pedido pela 14ª Vara Cível Federal de São Paulo, devido à sua luta incessante. Todavia, por irem contra o poder público quatro lideranças foram presas, entre elas três mulheres e um homem, Ednalva Silva Franco Pereira, Angélica dos Santos Lima, Preta Ferreira e Sidney Ferreira Silva. Além disso, foram pedidas as prisões de outras lideranças, entre elas, Carmen Silva, coordenadora do MSTC.

Uma antiga Ocupação de destaque no cenário paulista é a Cambridge, localizada na Avenida 9 de Julho, o edifício é um antigo hotel de luxo. O prédio foi ocupado em 2012 pelo MSTC e após 3 anos de luta (2015) foi aprovado para Habitação de Interesse Social (HIS). Em 2016, a posse do edifício foi transferida oficialmente para o Movimento Sem Teto do Centro. Desde então, o chamado agora de Residencial Cambridge passa por reformas antes da mudança de todas as famílias para ele.

O projeto original da reforma do Residencial Cambridge foi feito pela COHAB-SP, e em seguida a Peabiru, Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS), revisou-o e hoje gera o detalhamento e obras desse. Ao final da renovação do prédio, 121

famílias serão alocadas, de forma regular, na antiga ocupação. Enquanto as obras não são finalizadas, os futuros moradores estão locados na Ocupação 9 de Julho. Vale ressaltar que, assim como a ocupação foco desse artigo, o Cambridge conta com iniciativas culturais coletivas e aluga um de seus espaços para eventos, o Club Hotel Cambridge.

Em entrevista com o Laboratório da Cidade, Carmen Silva diz “morar é ocupar, ocupar é se dedicar a fazer várias atividades, é dar uma função social, geopolítica e participação efetiva dentro da cidade”, o que ilustra a importância da moradia digna, aquela que integra desejos, medos e peculiaridades dos seres humanos (PALLASMAA, 2017). A luta de Silva e tantas outras líderes abriram espaço não só para a criação de programas habitacionais dentro e fora dos centros das cidades, mas também para a regularização das ocupações.

Podemos dizer que as mulheres participantes desses movimentos sociais engendram uma luta por direito à cidade contra uma segregação socioespacial generalizada. Disputam, não apenas o direito viver em espaços apropriados para as tarefas relacionadas à reprodução da vida, mas também lutam pelo valor de uso da moradia e dos espaços relacionados a ela (HELENE, 2019).

2.3. RELATOS SOBRE CIDADANIA FEMININA

Uma ideologia revolucionária só poderá ser criada se as experiências daquelas pessoas que estão à margem, que sofrem opressão sexista e outras formas de opressão de grupo, forem compreendidas, discutidas e assimiladas. Elas precisam participar do movimento feminista como proponentes teóricas e líderes práticas (HOOKS, 2019, p. 234).

A Ocupação 9 de Julho é um exemplo para as outras ocupações da cidade de São Paulo. Como visto, em 2019, as lideranças, em grande parte compostas por mulheres, resistiram às tentativas de reintegração de posse. Essa ação pode ser interpretada como uma ação transformadora (MOSER, 2014), visto que deu palco para desafiar o poder opressor do Estado e repercutiu de forma a dar voz para a luta da ocupação.

Para entender como as líderes femininas da ocupação e do MSTC se empoderaram e encontraram sua voz em meio à sociedade patriarcal houve uma busca através de alguns depoimentos encontrados na série Guerrilheiras, de Virginia de Medeiros. A série faz parte do projeto Alma de Bronze, no qual a autora conviveu com as lideranças mulheres do Movimento Sem Teto do Centro de 2016 a 2018. Para o uso dos depoimentos foram dispostos os critérios a seguir: local de origem das mulheres, como chegaram à ocupação, como a luta às transformou e a interpretação do que é ser cidadã para cada uma delas.

O primeiro relato é o de Luiza e Adriana, tia e sobrinha. A primeira veio de Aracaju a São Paulo quando jovem, com 25 anos de idade, para tentar melhorar as condições de vida. Anos mais tarde, sua sobrinha Adriana, que é uma pessoa com deficiência em decorrência de poliomielite, veio morar com ela no Hotel Cambridge e posteriormente à Ocupação 9 de Julho. Através da participação no movimento, Luiza teve a oportunidade de se reconstruir sua autoestima e Adriana passou a ser tratada como cidadã, visto a valorização de seu indivíduo e das suas artes pelas mulheres lideranças do movimento. Para essas mulheres a luta é “luta por um espaço, uma luta pela sua liberdade, uma luta pela sua credibilidade”. Ser cidadã para elas é lutar por si e vencer as limitações impostas pelo mundo, principalmente relacionadas a falta de moradia digna.

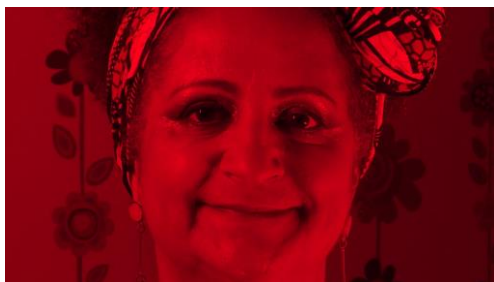
Figura 1 – Luiza e Adriana, tia e sobrinha, moradoras da Ocupação 9 de Julho e integrantes do MSTC.



Fonte: Imagem tirada do projeto Alma de Bronze, de Virginia de Medeiros.

O próximo depoimento é de Leni, mãe “solo” paulistana, chegou ao movimento após ser vítima de violência doméstica e através dele cursou a faculdade de Serviço Social. Local de origem? Com o diploma, Leni passou a auxiliar o MSTC como assistente social, bem como assistir outras vítimas de relacionamentos abusivos. Logo, para ela a vivência na Ocupação 9 de Julho e dentro do movimento de moradia é um ato acolhedor àqueles que margeiam à sociedade, os “outsiders” (ELIAS; SCOTSON, 2000). A moradora considera que ser cidadã, em especial dentro do MSTC, é encontrar a voz para lutar a favor da transformação do mundo e lutar pelos direitos básicos.

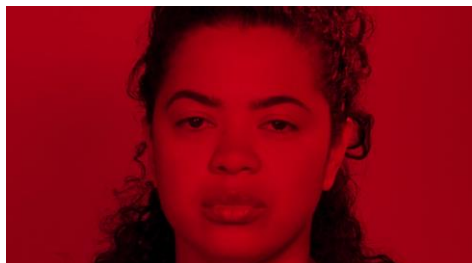
Figura 2 – Leni, moradora da Ocupação 9 de Julho e integrante do MSTC.



Fonte: Imagem tirada do projeto Alma de Bronze, de Virginia de Medeiros.

Priscila, a terceira mulher abordada nesse item, é uma das primeiras ocupantes da 9 de Julho. Entrou para o movimento após os pais voltarem para sua cidade de origem, no Sul do país, e ela se encontrar sem moradia em São Paulo. Desde o início, quando permaneceu durante 3 dias no antigo prédio do INSS, em 2016, a mulher viu a força da resistência do movimento, que não cedeu às tentativas de desmobilização do poder público. A partir disso, Priscila enxergou o movimento como um meio de resgate à cidadania através da luta coletiva e da vida em comunidade.

Figura 3 – Priscila, moradora da Ocupação 9 de Julho e integrante do MSTC.



Fonte: Imagem tirada do projeto Alma de Bronze, de Virginia de Medeiros.

Por fim, o último depoimento analisado é o de Carmen Silva, principal porta-voz do Movimento Sem Teto do Centro, encontrado no documentário “MSTC Ocupação 9 de Julho”. Para Silva, mãe de 8 filhos e baiana, “a moradia é a porta de entrada para outros direitos” e a Ocupação 9 de Julho além de local de morar é também um espaço em que todas as classes se encontram em eventos culturais, rodas de conversa e nos almoços da “Cozinha Ocupação 9 de Julho”, aos domingos. A cultura e a arte presentes no território discutido são resultado da transformação revolucionária provocada pela luta das lideranças femininas. Logo, para essa liderança, a cidadania é atingida através da resistência diária dentro do movimento, seja através da luta, seja através das artes.

Figura 4 – Carmen Silva, ex-moradora da Ocupação 9 de Julho e líder do MSTC.



Fonte: Imagem retirada do documentário "MSTC Ocupação 9 de Julho".

As declarações das mulheres moradoras e coordenadoras do MSTC demonstram que muitas delas vieram de outras partes do Brasil em busca de melhores oportunidades, mas ao chegar à São Paulo se depararam com outra realidade, a da desigualdade. A participação nos movimentos sociais de moradia garantiu a elas voz em frente às opressões de gênero, classe e raça. À vista disso, as lideranças femininas empoderaram-se dentro do movimento, através do exercício do poder pessoal e coletivo de lutar, o que é um ato de resistência (HOOKS, 2019) numa sociedade em que os direitos cada vez são mais cerceados.

2.4. ATUAÇÃO FEMININA NA PANDEMIA DA COVID-19

Em março de 2020, foi decretado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) um estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, devido ao novo coronavírus, o SARS-CoV-2, que deu origem à pandemia da Covid-19. Com isso, os estudantes pararam de ir para a escola/faculdade, grande parte dos trabalhadores entrou em *home office*, muitos outros foram dispensados e as vulnerabilidades foram escancaradas para a sociedade. As mulheres trabalhadoras estão entre as mais afetadas pela pandemia, visto que, segundo dados da PNAD Contínua do IBGE, 8,5 milhões de mulheres deixaram seus empregos no terceiro trimestre de 2020 (OIKAWA, 2021). Desse modo, seu direito a morar dignamente ficou em risco, visto a queda da renda familiar. Em entrevista ao LabJor FAAP (2022), Fernanda Soares conta que perdeu o emprego e a casa durante a pandemia e por esse motivo foi morar na Ocupação 9 de Julho e foi trabalhar na Casa Verbo entidade vinculada ao MSTC, programa de disseminação de conhecimento e de luta por direitos.

Acolher mulheres e indivíduos vulneráveis devido às consequências do vírus SARS-CoV-2 não foi a única ação das lideranças da Ocupação 9 de Julho. Durante o período de pandemia, a Cozinha da Ocupação 9 de Julho, que antes fazia almoço todos os domingos, passou a vender marmitas e a entregá-las com o auxílio dos "Entregadores Antifascistas". A cada marmita vendida, uma era doada para pessoas em situação de vulnerabilidade. Segundo dados fornecidos ao Catraca Livre, em maio de 2021 mais de 3.000 marmitas já haviam sido

entregues. A retomada dos almoços de domingo presenciais ocorreu no final de 2021 e a iniciativa da doação de marmitas continuou.

Com o distanciamento físico, outras ações foram tomadas a distância. Uma delas foi a luta pelo despejo zero, que ocorreu através de *lives* transmitidas pelo Facebook e Youtube. “No momento mais delicado para aqueles que já vivem com tão pouco, quem deveria estar protegendo vidas as está colocando em maior risco.” (Instagram MSTC). Devido à falta de ação por parte do poder público, mais uma vez as lideranças entraram na linha de frente a favor do direito à moradia.

Durante a pandemia também, o MSTC em parceria com a FIO Assessoria Técnica Popular, uma ATHIS criada dentro do movimento, conseguiram edital de fomento para ATHIS pelo CAU/SP, o que implica em projetos de melhoramento nas ocupações do movimento, sendo elas a 9 de Julho, José Bonifácio 137, Rio Branco 47, São Francisco e Casarão. Além disso, uma cartilha-manual de orientação foi desenvolvida com o intuito de preservar os espaços comunitários e privativos das ocupações nos aspectos de elétrica, hidráulica, estrutura e segurança contra incêndios. Enfatizando a Ocupação 9 de Julho, foi proposto um retrofit para a fachada, com o uso de tela de proteção de polietileno, material mais resistente que o nylon, de acordo com publicação da FIO Assessoria (2022).

A atuação da FIO Assessoria Técnica no campo de gerenciar melhorias nas ocupações do MSTC através do processo participativo é possível devido à lei de ATHIS. As Assistências Técnicas em Habitação de Interesse Social (ATHIS) têm uma prática de ir contra as desigualdades sociais. Na década de 90, na gestão de Luiza Erundina, esses grupos de arquitetos, engenheiros, advogados e assistentes sociais atuaram ao lado de movimentos sociais em mutirões com movimentos sociais na luta pela moradia digna. No entanto, sua prática só foi regulamentada anos mais tarde, em 2008, com a Lei Federal 11.888/08, que garantiu o direito da assistência de arquitetos a famílias com renda de até 3 salários mínimos.

Com a vacinação e a flexibilização do uso e ocupação de espaços abertos, a Ocupação 9 de Julho tornou-se palco para discussão do papel das ocupações e dos movimentos de moradia antes, durante e depois da Covid-19. Em vista disso, a ocupação estudada retomou presencialmente seu papel transformador de resistir frente às vulnerabilidades.

3. METODOLOGIA

A metodologia da presente pesquisa consistiu em levantar bibliografia a respeito de quatro pilares. O primeiro deles foi referente ao poder e a suas implicações nas opressões de gênero. Em seguida, foi feita uma análise a respeito do direito à cidade e como ele está diretamente relacionado ao capitalismo. Além disso, dentro desse tema houve o estudo de um subtema, a luta pela moradia, suas conquistas como o Residencial Cambridge, declarado como HIS, e a relevância da Ocupação 9 de Julho nesse contexto. O terceiro ponto investigado, o empoderamento feminino, visto através do item “relatos sobre a cidadania feminina” é o ponto de virada dessa pesquisa, visto que é a partir dele que vemos o impacto dos movimentos na vida das lideranças femininas. O quarto pilar metodológico foi a atuação das líderes no combate da pandemia da Covid-19 e a importância das ATHIS nesse cenário. A leitura de livros, artigos científicos, teses e dissertações, reportagens foi o principal meio de executar o levantamento bibliográfico. Além disso, assistir entrevistas e documentários sobre a ocupação e sobre o MSTC foi essencial para completar o estudo.

No início da pesquisa, a metodologia contava com seis pilares metodológicos, sendo eles: as noções de poder, o direito à cidade, a luta pela moradia, os dados socioeconômicos da ocupação estudada, os dados sobre enfrentamento da pandemia da Covid-19 e o empoderamento feminino. No entanto, no decorrer do trabalho houve a necessidade de reorganizá-lo para a atual forma. Outra mudança metodológica foi a das entrevistas (aprovadas pelo Comitê de Ética da Universidade Presbiteriana Mackenzie, parecer 5352549 com identificação na Plataforma Brasil pelo CAEE 56867422.9.0000.0084) a serem realizadas pela autora deste artigo, que acabaram não acontecendo por incompatibilidade entre as agendas com as lideranças.

Ademais, a principal alteração ocorrida nos primeiros meses de pesquisa foi a mudança da ocupação estudada. No projeto de pesquisa, os estudos se debruçariam na Ocupação Mauá, localizada no Bom Retiro. Contudo, ao iniciar o trabalho, houve a comparação desta com a Ocupação 9 de Julho, com o intuito de identificar semelhanças e diferenças entre duas notórias ocupações do centro de São Paulo. A partir disso, foi analisada a característica da 9 de Julho como local de cultura comunitário perante à sociedade, o que possibilitaria um estudo sob o ponto de vista desta como estruturador da sociedade. Logo, concluiu-se que seria mais propício estudar a segunda ocupação citada, visto os artigos, dissertações e notícias a respeito dela e do seu papel como pilar da coletividade.

O objetivo primário do artigo é verificar o empoderamento das mulheres pela luta à moradia digna, bem como, as ações no enfrentamento da pandemia da Covid-19 na

Ocupação 9 de Julho. A partir disso, visa-se contribuir com um trabalho de relevância social em prol de um futuro coletivo, de resistência ao individualismo do capital.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Os resultados pautados a seguir abrangem como se configura o processo de empoderamento através do reconhecimento das opressões vividas, seguida pela ânsia de lutar pelos seus direitos e assim, resistir à opressão do capital.

Como visto no depoimento de Luiza e Adriana, no item 2.3. deste artigo, ambas chegaram à Ocupação 9 de Julho e no movimento MSTC sem reconhecer a potência de sua voz como transformadora do mundo. Ao se depararem com exemplos das ações dentro do movimento, viram que as mulheres são capazes de atitudes transformadoras, como a de ocupar um prédio - que não cumpria a função social da cidade e da propriedade (Estatuto da Cidade, 2001) - em desuso para ser a moradia de mais de 100 famílias. Com isso, Adriana, oprimida por todos ao seu redor desde a infância, foi capaz de ver sua arte (confeção de bonecas) para além dos muros da 9 de Julho; e Luiza reconstruiu sua vida após constantemente ser descredibilizada.

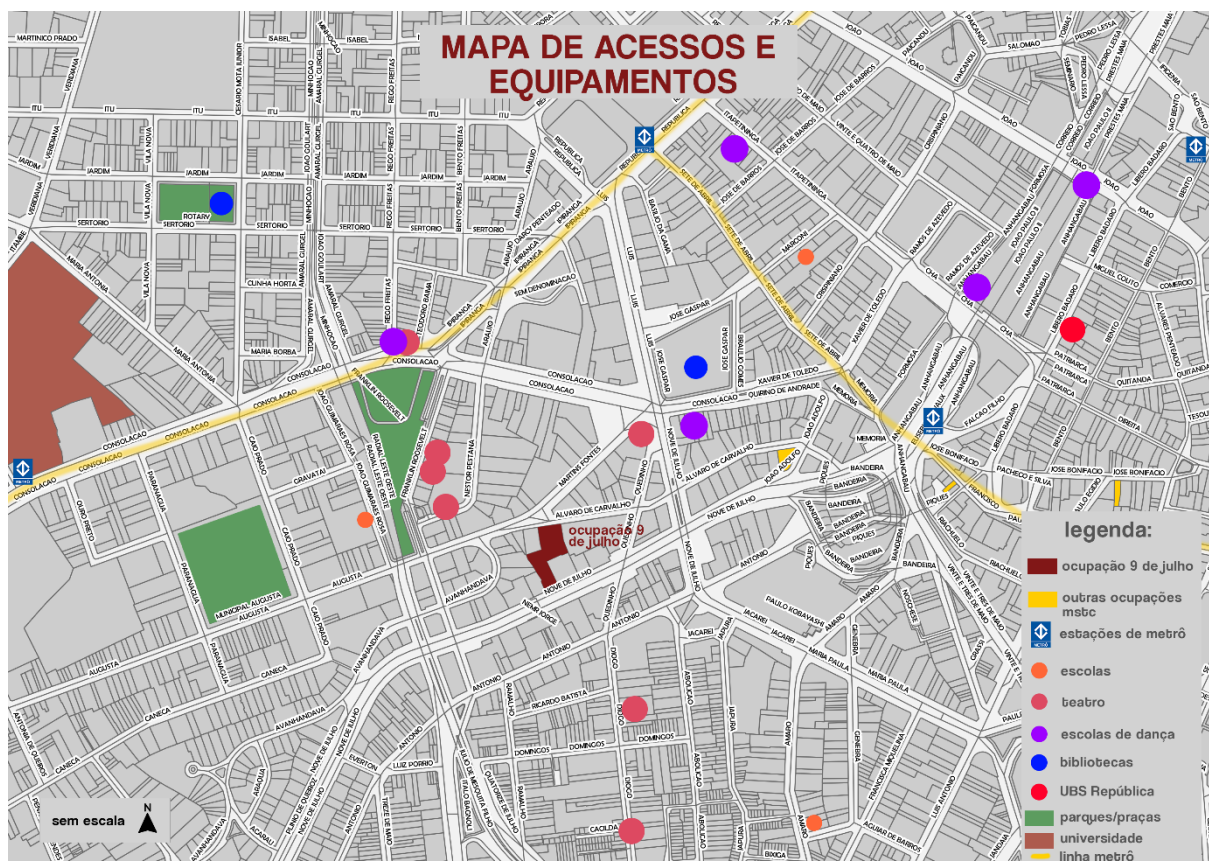
A vulnerabilidade feminina vista no depoimento de Leni, contido no item 2.3., no qual ela narra de forma dolorida a violência que sofreu, tem uma ruptura a partir do momento em que ela percebe que é possível sair de ambientes violentos e encontrar amor e apoio. A coletividade do movimento lhe deu força para lutar por si e por outras mulheres vítimas do machismo e assim resistir ao patriarcalismo.

Além disso, afirmar que “a moradia é a porta de entrada para outros direitos”, como diz Carmen Silva, é não admitir que ocorram despejos durante a pandemia da Covid-19, e ter acesso à educação, mobilidade, equipamentos de cultura, como indica o mapa da figura 5 abaixo. A luta das lideranças obteve resultados com a Lei do Despejo Zero, que foi estendida até outubro de 2022. Desse modo, alguns casos como o de Fernanda Soares, que foi despejada em plena pandemia e acolhida na Ocupação 9 de Julho, puderam ser contornados.

Na figura 5 a seguir, localiza-se estação de metrô, escolas públicas, equipamentos de cultura e lazer, Parque Augusta, praças, universidade, UBS, outras ocupações, habitação de interesse social (residencial Cambridge), bibliotecas, etc. Além disto, o mapa especializa o direito a morar em boa localização, as famílias da Ocupação Nove de Julho estão próximas dos principais equipamentos de serviços, e principalmente do acesso ao trabalho,

economizando o valor da passagem e sem perder tempo nos grandes deslocamentos diários, que a maioria da população de baixa renda enfrenta diariamente.

Figura 5 – Mapa dos acessos e equipamentos próximos à Ocupação 9 de Julho.



Fonte: autoral.

Resistir perante ao capital e diante à criminalização dos movimentos de moradia, como vem acontecendo desde o incêndio do Edifício Wilton Paes de Almeida, traz resultados em

escala coletiva. Se não houvesse movimentos de moradia liderados por mulheres, conquistas como a transferência de posse do atual Residencial Cambridge teriam a possibilidade de não ocorrer.

Além disso, a parceria entre os movimentos sociais e as ATHIS compostas por profissionais de diversas áreas, em especial arquitetos, provou-se fundamental na busca pela moradia digna. Sem a união entre as entidades, cartilhas-manuais orientando os moradores em relação as melhorias dos espaços das ocupações não teriam sido feitas e a reforma do Cambridge, em que a Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais é responsável, teria como autores iniciativas que não consideram a participação popular.

Logo, as mulheres e lideranças de movimentos de moradia, ao identificarem os poderes individuais e coletivos da sua voz, estão fortalecendo a luta e resistindo ao patriarcalismo. Assim, as líderes femininas têm papel revolucionário perante a sociedade e suas conquistas são visíveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância dos resultados dessa pesquisa consiste, no âmbito pessoal das lideranças, na conquista do estudo básico e superior, na libertação das mulheres em relacionamentos abusivos, por enxergarem o seu poder individual, e reivindicação da equidade de gênero no campo profissional e social. Na esfera coletiva, a pesquisa é importante para as lideranças, pois os movimentos que participam conseguem, por meio da luta, conquistas como a posse em seu nome da produção da habitação de interesse social e financiamento para melhorias, como no Residencial Cambridge; a Lei do Despejo Zero no contexto da pandemia da Covid-19; trabalho conjunto com arquitetos e urbanistas, com parcerias com ATHIS, na criação de um espaço conjunto.

O ambiente da Ocupação 9 de Julho, repleto de eventos de arte, cultura e lazer propicia momentos de relaxamento àquelas que lutam diariamente. Com isso, pode considerar que as lideranças vivem uma vida cidadã, visto que reivindicam seus direitos no aspecto político, zelam por suas moradias e não deixam de usufruir da sociedade cultural, o que é resistência. Ademais, pela ocupação estar localizada no centro de São Paulo, as oportunidades de emprego para os adultos e de educação e atividades extracurriculares para as crianças, como mapeado no item 4, são extensas. Além disso, os livros, artigos, teses e reportagens lidos também se provaram fundamentais para a elaboração da pesquisa e para o desenvolvimento de um pensamento crítico frente às temáticas abordadas.

Este artigo considera que o ato de lutar contra os empecilhos do capital e do patriarcado e resistir a favor do direito à cidade são uma atitude cidadã, de amor ao próximo. Outrossim, o papel dos arquitetos e urbanistas, com destaque para aqueles inseridos em ATHIS, demonstrou-se vital para a instrumentalização da luta dos movimentos de moradia. Logo, a ação conjunta é o resgate da democracia, é a reafirmação da resistência perante a opressão de gênero, raça e cor.

6. REFERÊNCIAS

ALMA de Bronze. São Paulo: Virginia de Medeiros, 2018. P&B. Disponível em: <https://vimeo.com/showcase/5683038>. Acesso em: 03 ago. 2022.

ALMEIDA, Jane Soares de. an **Série-Estudos. Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**. Campo Grande/MS. Nr. 31. p. 165-181. Jan-Jun. 2011. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/132/251>. Acesso em: 24 jul. 2022.

ASSESSORIA Técnica Popular: A Prática em Movimento. 1. ed. São Paulo: [s. n.], 2022. 192 p. ISBN 97865998333809.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In SORJ, B e ALMEIDA, MHT. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro, 2008.

CASIMIRO, Lígia Maria. “As mulheres e o direito à cidade: um grande desafio no século XXI” in Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. **Direito à cidade: uma visão por gênero**. Cap. 1, p.7-11. São Paulo: IBDU, 2017

DA SILVA, Ana Flávia Costa. **As mulheres na disputa pelo território: sobre autonomia e direito à moradia Women in Struggle for Territory: About Autonomy and Right to Housing**. 2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%205/ST%205.11/ST%205.11-05.pdf. Acesso em: 31 mar. 2021.

DE SOUZA, Amanda Paulista, **AS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MORADIA - a cidade sob uma perspectiva de gênero**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://gaspargarcia.org.br/wp-content/uploads/2015/03/As-Mulheres-nos-Movimentos-de-Moradia.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

Documentário e debate sobre moradia no Centro de São Paulo. **Rede Brasil Atual**. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2011/08/documentario-e-debate-sobre-moradia-no-centro-de-sao-paulo/>. Acesso em: 12 abr. 2021.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio De Janeiro: J. Zahar, 2000.

Grandes chefs fazem marmitas baratinhas na Ocupação 9 de Julho. **Catraca Livre**, São Paulo, 21 maio 2021. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/agenda/chefs-marmitas-ocupacao-9-de-julho-sp/>. Acesso em: 04 ago. 2022.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes - do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2014.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrópole**, v. 21, n. 46, p. 951–974, 2019.

HOOKS, Bell. **Teoria Feminista - Da Margem Ao Centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

INSTITUTO PÓLIS. “**O que é direito à cidade?**”. 2020.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Nebli, 2016.

LUNA, Suzy., TAVARES, Celma e ZARIAS, Alexandre. **Empoderando mulheres pela posse de terras urbanas: os vários lados da regularização fundiária no Recife**. Disponível em: http://www.fg2013.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381427118_ARQUIVO_AlexandreZarias.pdf. Recife, 2013.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis. Editora Vozes. 2011.

MSTC Ocupação 9 de Julho (Carmen Ferreira). São Paulo: **Diphusa Documentários e Entrevistas Avulsas**, 2020. (3 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qxqsUPNoySw&t=3s>. Acesso em: 06 ago. 202

NASCIMENTO, Dulcilene Ribeiro Soares. ANDROCENTRISMO, A CONSTRUÇÃO DA DOMINAÇÃO CULTURAL MASCULINA. **Revista Científica Cognitionis**, [S.l.], 14 abr. 2020. Disponível em: <https://unilogos.org/revista/wpcontent/uploads/2020/04/ANDROCENTRISMO->

A-CONSTRU% C3%87% C3%83O-DADOMINA% C3%87% C3%83O-CULTURAL-MASCULINA.pdf. Acesso em: 06 jul. 2022.

NEGRÃO, Beatriz. Por dentro da Ocupação 9 de Julho, um símbolo da luta habitacional em SP. **LabJor FAAP**, São Paulo, 23 jun. 2022. Disponível em: <https://medium.com/labjorfaap/por-dentro-da-ocupa%C3%A7%C3%A3o-9-de-julho-um-s%C3%ADmbolo-da-luta-habitacional-em-sp-76efd16c39a8>. Acesso em: 28 jul. 2022.

OIKAWA, Carolina Yumi Morikossi. **MORADIA E A COVID-19: o impacto para mulheres e crianças em situação vulnerável na cidade de São Paulo**, São Paulo. 2021.

PALLASMAA, Juhani. **Habitar**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. 2017.

PLATAFORMA DHESCA. **Relatório da Missão Emergencial sobre a Criminalização de Movimentos de Moradia**. Disponível em: https://download.uol.com.br/files/2019/12/4110017043_relatorio_criminalizacaomovsmoradia_dhescabrasil_final_alta.pdf. Acesso em: 14 ago. 2022.

Residencial Cambridge I ATHIS. Disponível em: <https://www.athis.org.br/project/residencial-cambridge/>. Acesso em: 17 ago. 2022.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo. Boitempo. 2019.

ROLNIK, Raquel. **Territórios em conflito: São Paulo: espaço, história e política**. São Paulo. Editora Três Estrelas. 2017.

SABOIA, A.L. e SOARES, C. O conceito de chefia nas pesquisas domiciliares através do recorte por sexo e presença do cônjuge – uma contribuição à discussão da “feminização da pobreza”. **Gênero**. v.4, n. 2, p. 53-71, Niterói, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31032/18121>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SOUZA, Ana Luiza. Vitória histórica dos Sem-Teto: reintegração da Ocupação 9 de Julho é EXTINTA. **Laboratório da Cidade**, São Paulo, 6 out. 2021. Disponível em: <https://laboratoriodacidade.org/2021/10/06/leia-aqui-a-entrevista-na-integra-com-carmen-silva-lider-da-ocupacao-9-de-julho-e-do-mstc-de-sao-paulo/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA DE SÃO PAULO; UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR; REDE MULHER E HABITAT AMÉRICA LATINA E CARIBE.

MULHERES DA UNIÃO EM LUTA! São Paulo: [s. n.], 2020. Disponível em: https://sp.unmp.org.br/wp-content/uploads/2020/12/REVISTA_MULHERES_DIGITAL.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

Vitória histórica dos Sem-Teto: reintegração da Ocupação 9 de Julho é EXTINTA. **Jornalistas Livres**, São Paulo, 17 jul. 2019. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/vitoria-sem-teto-reintegracao-9-de-julho-e-extinta/>. Acesso em: 28 jul. 2022.

Contatos: bianca.rossato@hotmail.com e debora.sanches@mackenzie.br